

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LETÍCIA SOUZA DOS SANTOS

**OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA
EXTERNA: O CASO BRASILEIRO**

Porto Alegre
2019

LETÍCIA SOUZA DOS SANTOS

**OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA
EXTERNA: O CASO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

**Porto Alegre
2019**

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos, Leticia Souza
Os megaeventos esportivos como ferramenta de
política externa: o caso brasileiro / Leticia Souza
dos Santos. -- 2019.
53 f.
Orientador: Érico Esteves Duarte.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. política externa brasileira. 2. megaeventos
esportivos. 3. soft power. 4. copa do mundo. 5. jogos
olímpicos. I. Esteves Duarte, Érico, orient. II.
Título.

LETÍCIA SOUZA DOS SANTOS

**OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA
EXTERNA: O CASO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Penso que talvez esta seja a seção mais delicada do trabalho. Os agradecimentos que cabem aqui não dizem respeito apenas aos meses que foram dedicados à escrita deste trabalho ou aos quatros anos que passei na universidade. Todos os agradecimentos que devem - e serão - aqui feitos são relativos aos vinte e um anos que se passaram até que as páginas que seguem fossem escritas.

Creio que todas as pessoas as quais passaram pela minha vida foram importantes para, de alguma forma, moldar o ser humano que sou hoje e, por isso, não poderia deixar de agradecê-las por todas as experiências que me foram proporcionadas. Todas elas me forneceram aprendizados os quais são diariamente aplicados e, com certeza, também estão presentes entre estas folhas.

Agradeço a todos os meus professores, desde meu primeiro dia na escola até meu último dia na faculdade. Acredito na magnitude e grandeza do trabalho docente na formação de profissionais qualificados e, mais que isso, seres humanos dignos. Nada disso seria possível não fossem suas dedicações diárias. Agradeço, particularmente, a meu orientador, Prof. Henrique Castro, por acreditar nesta pesquisa e me dar todo o suporte necessário para que ela acontecesse; e a meu ex-treinador, Antonino Araújo, por me guiar no meio do esporte e fazer com que este, em especial o voleibol, se tornasse minha grande paixão.

A meus amigos - eles sabem quem são - deixo o meu muito obrigada por absolutamente tudo, desde conversas bobas até o apoio em momentos difíceis. Sem vocês, nada disso seria possível. Obrigada por fazerem com que uma cidade desconhecida tivesse todo o aconchego de casa.

À minha família. Sem eles, eu não seria absolutamente nada. A meus pais, que nunca mediram esforços para me dar todas as oportunidades que eles nunca tiveram, sempre me apoiando em minhas decisões e acreditando em mim. À minha irmã, que é minha parceira de vida e sempre acha uma maneira de me lembrar que a vida é leve. Não há distância no mundo capaz de diminuir meu amor por vocês.

Dedico um espaço especial a minha avó, dona Maria, quem eu perdi há quatro anos e ainda me faz falta todos os dias. Queria poder abraçá-la para comemorar mais uma etapa finalizada em minha vida. São inúmeras as coisas que ainda desejo lhe dizer mas talvez todas elas possam ser resumidas a “eu te amo. Espero que estejas orgulhosa de mim”.

"A política externa, em seu aspecto mais fisionômico e funcional, abarca naturalmente a arte diplomática das negociações, tratados e conferências internacionais. Vender a qualidade de produtos e serviços, a competência laboriosa de empresas nacionais, a credibilidade das instituições, as virtudes da sociedade e a imagem do país também é função e feição da política externa. E o esporte é instrumento válido na tarefa."

(VASCONCELLOS, 2011, p. 197)

RESUMO

Este trabalho apresenta como escopo de estudo o cruzamento entre Relações Internacionais e esporte, entrando no campo de política internacional e política externa brasileira. Entende-se que o esporte, principalmente a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos, serve como meio de interação entre diversos Estados e suas populações e possui um grande alcance internacional, sendo, portanto, uma importante ferramenta diplomática. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, aliada à mudança na conjuntura internacional a partir de 2001, deu ao Brasil diferentes perspectivas sobre sua política externa, com a introdução da diplomacia do esporte em sua agenda, fortalecida pelo lançamento de candidaturas para os dois maiores megaeventos esportivos da atualidade. O que entra em questão aqui então é se a utilização de tal ferramenta realmente fora condizente com as pretensões internacionais do Brasil. Analisada a política externa Lula e o comportamento brasileiro durante os processos de candidatura, verificou-se que muitas foram as oportunidades proporcionadas ao país pelo esporte e que, de fato, a diplomacia esportiva brasileira atendeu àquilo que lhe fora demandado.

Palavras-chave: política externa brasileira, esporte, soft power, megaeventos esportivos, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos

ABSTRACT

This research has as the area of study the intertwining between International Relations and Sports, entering the field of international politics and Brazil's foreign policy. It is understood that sports, mainly the FIFA World Cup and the Olympic Games, are a way of States and their populations to interact with one another and have a great international reach, therefore being an important diplomatic tool. The election of Luiz Inácio Lula da Silva, along with the change in the international conjuncture since 2001, provided Brazil with different perspectives about its foreign policy, with the introduction of the sports diplomacy in its agenda, strengthened by the launch of candidacy to the two biggest sports mega-events in recent times. What can then be questioned here is if the use of said tool really met Brazil's international intentions. After analysing Lula's foreign policy and the Brazilian behavior during the elections processes, it was verified that the opportunities brought by sports to the country were many and that, in fact, Brazil's sports diplomacy achieved what it had been demanded.

Keywords: Brazilian foreign policy, sports, soft power, sports mega-events, FIFA World Cup, Olympic Games

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Processo de Eleição para sede da Copa do Mundo FIFA 2014.....	30
Tabela 2	Resultado das rodadas de votação.....	37
Tabela 3	Processo de eleição para sede dos Jogos Olímpicos de 2016.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBF	Confederação Brasileira de Futebol
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	15
	2.1 POLÍTICA EXTERNA LULA (2003-2010).....	15
	2.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, POLÍTICA EXTERNA E SOFT POWER.....	23
3	O BRASIL NOS PROCESSOS DE CANDIDATURA.....	27
	3.1 COPA DO MUNDO.....	27
	3.2 JOGOS OLÍMPICOS.....	31
4	O JOGO POLÍTICO DO ESPORTE.....	39
5	CONCLUSÃO.....	47
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho reside em discutir se a utilização do esporte como ferramenta de política externa, considerando especialmente o lançamento das candidaturas para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, foram condizentes com os objetivos gerais da política externa brasileira. Porque o momento das candidaturas condizem com o que Luís Inácio Lula da Silva ocupou a cadeira presidencial, é sua política externa que será utilizada como base para análise. O cruzamento final entre os campos será feito considerando principalmente o conceito de *soft power* e diplomacia pública

Conforme evidenciado por Taylor (1986), esporte e relações internacionais viveram, até recentemente, um caso de negligência mútua onde seus pontos de intersecção tendiam a ser ignorados em prol de aproximações com outros campos de cruzamento mais palpável. No entanto, na prática, dissociar as áreas não é tão simples visto que sua ligação é muito mais profunda e antiga do que pode parecer.

Estados são capazes de manifestar ao mundo, através do esporte, suas ideologias e crenças. Hitler, em busca de comprovar a superioridade da raça ariana, uma das maiores premissas para a ideologia nazista, investia fortemente na preparação de atletas alemães visando vitórias em competições internacionais (ANSPACH; ALMOG; TAYLOR, 2009). Estados Unidos e União Soviética, à época do confronto ideológico que marcou a Guerra Fria, protagonizaram dois boicotes olímpicos nas cidades de Moscou (1980) e Los Angeles (1984), respectivamente, como forma de dar suporte ao que defendiam politicamente. (RUBIO, 2010); mais que isso, Rubio (2010, p. 62) cita ainda que “as medalhas passaram a ser contadas como pontos a favor de seus respectivos regimes”.

De acordo com Vasconcellos (2011) a também utilização do esporte como ferramenta diplomática reforça sua conexão com a política internacional. Visando alcançar um maior protagonismo internacional, Estados buscam cooperação na área esportiva-educacional em especial com nações mais pobres.

Assim, não se buscará aqui explorar a discussão se o esporte pode realmente ser considerado como ferramenta de política externa. Devido ao exposto, esta premissa, mesmo afastada do *mainstream* do campo das Relações Internacionais, será tomada como verdade. Seu grande alcance popular, sua capacidade de colocar o país-sede no holofote mundial e, adicionalmente, o número de Estados-membro da

FIFA fazem do esporte, em especial os dois maiores megaeventos esportivos da atualidade, a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos, uma ferramenta de política externa interessante para nações visando a inserção internacional.

Quando se busca fazer o cruzamento entre o campo de esporte e Relações Internacionais, há vários aspectos passíveis de análise, sendo eles turísticos, econômicos, políticos e afins. Para este trabalho, o aspecto escolhido retoma ao meio político internacional, especificamente a política externa brasileira e sua diplomacia. Ainda, como os megaeventos são globais e comandados por Organizações Internacionais, fazendo com que os Estados candidatos e o país-sede sejam inseridos no meio global.

Ainda assim, há mais delimitações necessárias. Embora o campo já esteja definido, o aparato temporal que pode embasar a análise também é amplo. Um estudo de legado está localizado em época posterior à realização dos eventos mas não se pode esquecer que, antes de serem realizados, eles exigem que os Estados dispostos a lidar com as demandas e responsabilidades requeridas lancem candidaturas e se envolvam em um processo internacional de eleição. E foi por esse período que aqui optou-se.

Se os processos de candidatura são anteriores à realização dos eventos em si, o recorte temporal a ser feito na política externa do país deve ser condizente. Entre 2003 e 2010, período em que as candidaturas foram lançadas, quem governava o Brasil era Luís Inácio Lula da Silva, o que justifica a escolha de sua política externa para dar base ao trabalho.

Buscando entender a política externa brasileira do período e o lugar do esporte nesta, serão tomados três aparatos teóricos principais, os quais funcionam como base para aspectos específicos. Não optou-se, no entanto, pela realização de um capítulo puramente teórico, senão pelo jogo entre o teórico e o factual de maneira a tornar o trabalho mais palpável e trazê-lo para o mais perto possível da realidade.

Primeiramente, as ações de todo Estado estão inseridas dentro de um contexto único do cenário internacional. A diferenciação entre política internacional e política externa proposta pela teoria Construtivista de Relações Internacionais exige atenção não apenas para as ações brasileiras, como também para a conjuntura internacional na qual elas estavam inseridas, em um jogo entre agente e estrutura, mais abordado por Alexander Wendt. Portanto, ela será importante para entender a postura brasileira

Paralelamente, as definições das ações internacionais dos Estados são influenciadas por sua política interna. A teoria do Jogo de Dois Níveis abordada por Robert Putnam servirá para entender qual a influência, na política externa brasileira, da eleição de Lula, a qual leva ao poder, pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores (PT), dono de ideais e ideologias próprias e distintas das previamente presentes na política interna. Ainda, os acontecimentos dos espaços interno e internacional não podem ser vistos de forma isolada uma vez que eles se influenciam mutuamente.

O *soft power* de Joseph Nye será aplicado como forma de entender a maneira de utilização do esporte na política externa, uma vez que este é considerado um modo de exercer tal tipo de poder. Aliado a tal conceito, será adicionada a ideia de diplomacia pública visando fortalecer o cruzamento com as Relações Internacionais.

No que tange os processos de candidatura, entender a postura que o Brasil adquiriu durante o desenrolar destes e suas ações visando atingir a vitória é mais importante para este trabalho do que simplesmente narrar como ocorreram seus funcionamentos. As consequências diplomáticas de tais processos também serão consideradas para que seja feito o cruzamento pretendido.

É a partir de todo esse arcabouço que se buscará responder a pergunta: a utilização do esporte como ferramenta de política externa, envolvendo os processos de candidatura para a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos 2016, foram condizente com as diretrizes gerais da política externa de Lula?

2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

As eleições ocorridas no Brasil em 2002 levaram ao cargo de presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual apresentava ideais e ideologias próprias que se refletiram na maneira de fazer política, tanto interna como externa. Para além disso, a conjuntura internacional após o atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos sofreu algumas modificações importantes que devem ser consideradas quando se busca entender a posição internacional brasileira no período. Tais modificações abriram espaço para uma política externa reformulada, a qual passou a contar com a presença do esporte como ferramenta diplomática.

O propósito desta seção é, assim, compreender o que buscava o presidente Lula com sua política externa e o papel do esporte na mesma, considerando o lançamento das candidaturas para sediar os dois maiores megaeventos esportivos da atualidade. Para tanto, o embasamento teórico será dado por premissas da teoria Construtivista de Relações Internacionais tal como a teoria do Jogo de Dois Níveis elucidada por Robert Putnam adicionadas às ideias de *soft power* introduzidas no campo por Joseph Nye.

2.1 POLÍTICA EXTERNA LULA (2003-2010)

Vários são os fatores que podem ser considerados quando se busca compreender a política externa de um determinado país em um determinado momento da história. Para os propósitos deste trabalho e como forma de provocar um entendimento geral do contexto internacional em que o Brasil estava inserido quando Lula implantou suas bases de política externa, torna-se relevante olhar para os acontecimentos que marcaram o sistema-mundo no período prévio à posse do presidente e as alterações que estes provocaram. Para que isso seja possível, partirá-se da diferença entre política internacional e política externa abordada pelo Construtivismo.

Salomón e Pinheiro (2013) salientam que tal teoria considera estrutura e agente para a análise. Nesse sentido, a política internacional se mostra como a estrutura do sistema internacional em um determinado momento; já a política externa diz respeito ao modo como o país irá agir frente a essa estrutura.

Além de estrutura e agente serem mutáveis, outra característica marcante é impossibilidade de dissociação dos dois, uma vez que, para Carlsnaes (1992, p. 252): “...já que estruturas nem atores são constantes ao longo do tempo [...] nenhum fator “determina” o outro mas são ambos, na análise final, variáveis independentes em um processo temporal inextricavelmente entrelaçado.” (apud Cerny, 1990:4)

Logo ao final do mandato de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, os Estados Unidos sofreram um atentado terrorista em um episódio que se convém lembrar pela data. O “11 de setembro de 2001” provocou mudanças significativas na conjuntura internacional as quais influenciaram a política externa brasileira.

A lógica com que operava a política externa brasileira no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso,[...], foi significativamente posta em xeque a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001. Cada uma das dimensões consideradas foi afetada, exigindo o ajuste da atuação diplomática ao contexto de grande instabilidade que se instaurou a partir de então. (Vaz, 2006, p. 88)

As instabilidades e incertezas não foram, no entanto, a única herança deixada pelo terrorismo contra a grande potência norte-americana para os primeiros momentos da diplomacia de Lula. O presidente estadunidense à época, George Bush, concentrou suas forças na busca pela segurança de sua nação e alavancou a guerra ao terrorismo, deixando a América Latina em segundo plano e abrindo, na região, um relativo vácuo de poder do qual o Brasil, ampliando as iniciativas de FHC, tentará se aproveitar (FERREIRA, 2009).

De acordo com Silva e Andriotti (2012), foi esse episódio também o responsável por elucidar aos países do sul global a importância de uma maior cooperação sul-sul como uma forma de proteção contra futuras adversidades que pudessem se manifestar no âmbito internacional. Segundo Saraiva (2007, p. 55), conforme citado por Silva e Andriotti (2012, p. 72), a “nova conjuntura internacional após o 11 de setembro colocou a necessidade da diplomacia brasileira repensar sua inserção internacional reforçando a vertente multilateral e a aproximação com outros países do Sul”.

Essas mudanças internacionais conseguiram afetar os momentos finais do governo FHC e, também, os anos iniciais do governo Lula. Porque a contexto externo era tão similar, promover uma mudança brusca nas pretensões de política externa era não apenas difícil como também inviável. Assim, a transição entre os dois governos, no que tange as pretensões gerais da política externa, tem mais características de continuidade do que de uma ruptura propriamente dita. A preferência pelo Mercosul,

o desenvolvimento de acordos e relações próximas com parceiros sul-americanos e o multilateralismo são exemplos que tornam possível tal afirmação (ALMEIDA, 2004).

Amorim (2010) apresenta as várias vertentes mundiais nas quais o Brasil buscava se inserir. A diversificação de parceiros comerciais, a crença firme no multilateralismo, a solidariedade para com países necessitados devido a conflitos armados, desastres naturais e pobreza e o universalismo são os pontos mais gerais. Para Silva e Andriotti (2012, p. 70), o Brasil queria “ressaltar a importância da cooperação com os países em desenvolvimento e da expansão das relações do país fora do eixo norte-sul, sem, no entanto, menosprezar as suas relações com estes últimos”

Para um entendimento geral, as premissas de dois autores podem ser tomadas. Para Almeida (2004, p. 165),

No plano político, é evidente o projeto de reforçar a capacidade de “intervenção” do Brasil no mundo, assunção declarada do desejo de ocupar uma cadeira permanente num Conselho de Segurança e a oposição ao unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa ativa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais. No plano econômico, trata-se de buscar maior cooperação e integração com países similares (outras potências médias) e vizinhos regionais.

Já para Silva (2015, p. 143),

A nova matriz da política externa, em desenvolvimento na última década, tem como principais características o aprofundamento da integração regional, a retomada da tradição multilateral do Brasil, um novo perfil crítico das relações assimétricas entre os Estados, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes e uma reaproximação dos países subdesenvolvidos, bem como a manutenção das relações com os países desenvolvidos. Além disso, verifica-se a retomada de uma ofensiva diplomática através da construção de uma agenda de temas sociais.

Contudo, embora as bases da política externa brasileira tenham se mantido, de maneira geral, constantes durante a transição entre governos, seria improvável não haver distinções entre a forma que FHC e Lula buscaram orientar suas diplomacias.

Ao analisar a Cúpula de Bonn realizada em 1978, Robert Putnam percebeu que política interna e externa não poderiam ser consideradas de forma individual e isolada pois elas se influenciam mutuamente. É com essa base que o autor propõe a teoria do Jogo de Dois Níveis. Para Putnam (2010, p. 151),

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois pode ser

ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos.

As eleições realizadas em 2002 não levaram apenas um novo presidente ao Palácio da Alvorada mas também um representante do Partido dos Trabalhadores (PT). A importância desse fato não seria tanta não fosse a ligação do partido à representatividade social de classes menos favorecidas e a própria figura de Lula, ligada a seu passado de metalúrgico e sindicalista. Para um entendimento ainda mais completo da influência entre o âmbito interno e externo, Putnam (2010, p. 150) ressalta que

uma concepção mais adequada dos determinantes domésticos da política externa e das relações internacionais deve enfatizar a luta política: os partidos, as classes sociais, os grupos de interesse (tanto econômicos quanto não-econômicos), os legisladores e mesmo a opinião pública e as eleições - e não apenas os funcionários do poder executivo e os arranjos institucionais.

A ascensão do PT traz, então, alterações para a política externa brasileira que são, em seu cerne, evidenciadas por mudanças práticas e inovações conceituais. (ALMEIDA, 2004). Sendo assim, as diferenciações entre Lula e FHC podem ser exemplificadas, de forma geral, se atentarmos que

A diferenciação marcante da política externa de Luis Inácio Lula da Silva em relação à de seu antecessor irá estabelecer-se não tanto quanto aos objetivos ou às prioridades que enuncia e que são, em grande medida, herdadas de períodos anteriores ou gestadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Afigura-se, antes, pelo reposicionamento de alguns de seus elementos centrais e na predisposição de atuar de forma mais assertiva e proativa na defesa de interesses nacionalmente definidos e na promoção de projetos comuns com seus vizinhos sul-americanos e com outros parceiros internacionais. (VAZ, 2006, p. 12)

Quando Lula torna-se presidente, o comando do Ministério das Relações Exteriores é logo passado a Celso Amorim, o qual não tarda em definir a nova política externa brasileira como “ativa e altiva”, em seu primeiro caráter inovador. Ativa porque o Brasil estava disposto a exercer um papel internacional maior e se lançar como ator relevante; altiva porque buscava a soberania nacional de forma corajosa, mas não imprudente, principalmente frente a seus vizinhos estadunidenses (AMORIM, 2010).

A altivez da nova política externa servia também para consolidar o Brasil como um Estado logístico. Por logístico, entende-se aquele Estado que não está disposto a servir como mero espectador ou servente do jogo de poder característico do sistema. Um Estado logístico apresenta um planejamento estratégico de desenvolvimento próprio e impõe-se frente às forças do sistema. (CERVO, 2015). Esse é o pontapé inicial para as mudanças futuras.

Tomando como base também o Jogo de Dois Níveis e o Construtivismo, é possível classificar o Brasil, assim como todos os outros países, como sujeito e ator internacional ao mesmo tempo. Isso significa que o campo internacional influencia o nacional e vice-versa. Aplicando essa visão, as ações do Brasil são influenciadas pela conjuntura internacional ao mesmo tempo em que a altera (PUTNAM, 2010) (ALMEIDA; JÚNIOR, 2014). Ainda, de acordo com Wendt (1987, p. 366), “as possibilidades de ação como agente são constituídas e, portanto, explicadas pelo contexto estrutural social no qual ele está firmado e por sua estrutura organizacional interna¹”

Algumas modificações internacionais influenciaram de forma direta a Política Externa Ativa e Altiiva, como o protagonismo aumentado das Organizações Internacionais; a ascensão econômica de países do sul, com atenção especial para os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o advento gradual do multilateralismo. Para Visentini (2015, p. XII), “uma das marcas da estrutura mundial do período é que sob a superfície da pós-modernidade do Norte e suas ramificações meridionais, o Sul emerge e influencia o rumo dos acontecimentos.”

A diplomacia brasileira será influenciada por essa percepção internacional, explanada por Amorim (2010, p. 215):

O realinhamento das forças no sistema internacional está pavimentando o caminho para uma ordem mais multipolar. É dito que a metáfora a qual melhor ilustra como o mundo está organizado hoje não é mais o “hub-and-spoke”, no qual todas as unidades devem se referir ao centro para se comunicar uns com os outros mas o de um “mapa de metrô” com suas linhas interligadas e rede de estações, algumas, claro, continuam mais importantes que outras.²

O Brasil passa a se ver e a ser visto, então, como parte dos *system-affecting states*: países que dispõem de recursos e de capacidades relativamente limitadas em relação às potências, mas que através da ação coletiva e das instâncias multilaterais procuram exercer algum grau de poder e influenciar decisões a nível internacional (SILVA e ANDRIOTTI, 2012, p. 73 apud SOARES DE LIMA, 2005, p. 02). Essa visão

¹ “The possible ways of acting as an agente are constituted and therefore explained by the social structural context in which it is embedded and by its internal organization structure”

² “This realignment of forces in the international system is paving the way for a more multipolar order. It has been said that the metaphor that best illustrates how the world is organized today is no longer the “hub-and-spoke”, in which all the units must refer to the centre in order to communicate with one another, but rather the “subway map” with its intertangled and networks of stations, some of which, of course, remain more important than others”

irá influenciar ações que serão posteriormente tratadas uma vez que, agora, o caráter ativo da política externa foi ao encontro da nova conjuntura.

Assim, para alcançar seus objetivos de possuir um papel internacional relevante, duas mudanças práticas podem ser mencionadas quando se trata da nova política externa brasileira: a concentração no Primeiro Mundo deu espaço a uma busca pelo universalismo das relações internacionais do país e a defesa da ideia pautada no mundo multipolar substituiu a crença em uma governança global (CERVO, 2004). As características mais abrangentes de elementos sociais da própria política interna também foram refletidas para o campo externo.

Na política externa de Lula, a integração regional sul-americana passa a ser prioridade. O Mercosul, antes reconhecido nos eixos de uma associação puramente comercial com propósitos majoritariamente econômicos, passa a ser visto como importante precursor de tal integração, a qual busca abranger outros aspectos tão relevantes quanto o econômico (AMORIM, 2010). Conseguir encabeçar tal processo em seu próprio território poderia, além de garantir firmeza regional para aspirações futuras, mostrar ao mundo um Brasil eficiente e empenhado em questões internacionais.

O contexto mundial, apesar da ainda existente predominância estadunidense, perdeu seu caráter hegemônico e abriu um espaço mais competitivo para todos os países (SILVA e ANDRIOTTI, 2012). Os países do sul-global são, então, tal como o Brasil, *system-affecting states*. Aliado a isso, a ideia do universalismo ajuda a conferir ao eixo sul-sul um espaço importante na Política Externa Ativa e Altiva. Além de poder expressar sua solidariedade frente a Estados mais pobres, a capacidade estratégica aqui presente era grande: promover relações mais próximas entre os países do sul-global buscava uma coesão que poderia ser refletida na busca por maior igualdade e mais democracia em instituições internacionais, tal como, também, impulsionar a participação internacional brasileira. O estreitamento de relações com países também em crescimento favorecia, ainda, parcerias comerciais (AMORIM, 2010). A união à Rússia, Índia, China e África do Sul para a posterior formação dos BRICS pode ser mencionada como forma de exemplificar o exposto.

Neste eixo, uma característica inovadora é a importância dada às relações com o continente africano, negligenciadas por governos anteriores. Ao analisar discursos do então presidente Lula, Kowalski (2018) percebe que questões como dívida histórica e contribuições culturais e sociais africanas estiveram bem presentes para justificar

tamanha aproximação. Amorim (2010, p. 232) explana que “além de ganhos políticos e econômicos incidentais, a busca por relações mais próximas com a África é guiada por laços históricos, demográficos e culturais³”. Embora pautado em cultura e história, é possível perceber que os lados político e econômico, estratégicos e relevantes para qualquer nação, também estiveram presentes quando considerado o investimento em uma aproximação com o continente africano, com concentração em alguns países específicos.

Todos esses processos pautados em países do sul não diminuíram, no entanto, o mérito dos vínculos com o Primeiro Mundo. As relações com países desenvolvidos não foram esquecidas, senão estreitadas. O país entendia a importância de relações pacíficas e cooperativas com grandes potências, mas sem abrir mão de sua soberania (AMORIM, 2010). A preocupação brasileira no eixo norte-sul era, assim, conseguir máximo proveito das relações sem perder sua autonomia.

De fato, o governo Lula trouxe novos holofotes à diplomacia brasileira. Muita dessa inovação foi possibilitada pelo bom momento em que o país passava internamente, com uma política coesa conferindo estabilidade e influenciada pelo bom momento econômico pautado no preço das *commodities* no exterior. Para Ricupero (2010, p. 37), isso “resulta de uma conjunção excepcional de oportunidades externas favoráveis com uma situação interna de estabilidade política e econômica sem precedentes”. Tamanha estabilidade conferiu ao então presidente a margem para diversificar, também, suas ferramentas de política externa.

Conforme todo o evidenciado anteriormente, pode-se notar que o propósito maior da política externa lulista era conseguir lançar o Brasil como relevante ator internacional. É com essa visão e a cautela necessária para atingi-la que as ferramentas brasileiras de inserção mundial foram diversificadas, aproveitando-se até mesmo da popularidade de Lula. A diplomacia presidencial, a qual, tal como evidenciado pelo próprio nome, centra-se na figura do Chefe de Estado, não era novidade no cenário diplomático brasileiro porém o que chama atenção, aqui, é a amplitude de sua utilização. Em seus oito anos de governo, o ex-presidente visitou 84 países além da Palestina e Guiana Francesa e passou 477 dias no exterior (O GLOBO, 2011)

³ “Beyond incidental political and economic gains, the search for closer relations with Africa is guided by historic, demographic and cultural bonds”

Outra maneira de atuação internacional explorada foi a abertura e reabertura de postos diplomáticos no exterior. De acordo com dados do fim de seu mandato, em 2010, o número de representações no exterior, entre embaixadas, repartições consulares, missões junto a organismos internacionais e escritórios de representação, aumentou mais de 40% durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando de cerca de 150, em 2002, para 226. O número de diplomatas, por sua vez, passou de 1 mil para 1,4 mil a partir de 2005 (OPERA MUNDI, 2010)

Tal ampliação na presença brasileira ao redor do mundo representava, entre outros, a vontade do país em ser atuante internacionalmente assim como sua proatividade em estar perto de parceiros os quais eram considerados importantes para o desenvolvimento nacional.

Como outro exemplo pertinente para retratar as novas maneiras de se fazer política externa as quais caracterizaram o governo Lula, pode-se mencionar o esporte, em especial os lançamentos das candidaturas para os dois maiores megaeventos esportivos da atualidade: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Embora os eventos em si tenham acontecido apenas no mandato de sua sucessora Dilma Rousseff, todo o processo que levou ao logro do Brasil como sede deu-se durante seus anos de governo.

Mesmo afastados do *mainstream*, os megaeventos esportivos podem ser ferramentas interessantes para Estados que buscam expandir sua imagem internacionalmente e o Brasil não foi o único país do sul global a utilizar-se desse meio. Tomando como exemplo os países que compõem o BRICS, a China sediou em Pequim os Jogos Olímpicos de 2008; em 2010, a África do Sul cedeu seu território para a Copa do Mundo. Em 2018, foi a vez da Rússia sediar o evento futebolístico e, embora ainda não tenha sido sede para Copa ou Olimpíadas, a Índia já serviu, em 2010, como palco para os Jogos da Commonwealth.

A utilização de tais eventos na diplomacia está inserida em uma realidade onde o poder de atração de um Estado tem tanta importância quanto seu poder militar. Essa política de atração é, dentro do campo das Relações Internacionais, denominada *soft power* e, por isso, os megaeventos podem ser entendidos dentro deste conceito.

2.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, POLÍTICA EXTERNA E *SOFT POWER*

Os meios pelos quais um Estado pode demonstrar seu poder frente à comunidade internacional podem ser divididos em dois subtipos. De um lado, o *hard power* diz respeito à capacidade militar de uma nação e, por isso, não se apresenta como relevante para os fins do presente trabalho. Por sua vez, o *soft power*, em palavras de seu criador e formulador Joseph Nye, “coopta pessoas ao invés de coagilas⁴” (NYE, 2004, p.5). Adiciona, ainda, que um país pode conseguir o que deseja porque é capaz de criar admiração externa por coisas tais como seus valores (NYE, 2004).

O esporte e seus megaeventos podem ser entendidos através deste perspectiva porque, de acordo com Roselle, Miskimmon e O’loughlin (2014, p. 71), “a expansão de transmissões internacionais, competição para sediar eventos esportivos globais e a proliferação de institutos culturais, parcerias e trocas todos apontam para tentativas de utilizar o *soft power* na prática”⁵.

Para Nye (2008), a ascensão de regimes democráticos no cenário internacional exaltou ainda mais a importância da opinião pública e, portanto, do *soft power*. Para Roselle e O’Loughlin (2014), os meios deste tipo de poder estão sempre em demonstração; o que cabe ao país, no entanto, é decidir quando usá-los estrategicamente. É com esse propósito que entra a diplomacia pública.

Para Donos (2012, p. 17), “o tipo de *soft power* com o qual a diplomacia pública engaja tem de derivar de valores universalmente aceitos, políticas justas e cultura atrativa”⁶. Para isso, aspectos como credibilidade e reputação são de grande importância (NYE, 2008).

Nesse sentido, muito mais do que o país apresentar competência, boa reputação, credibilidade e legitimidade, é necessária a interação entre governo, mídia e opinião pública para que essas características sejam devidamente difundidas. É por meio de transmissões internacionais de seus valores, cultura e políticas que um Estado é capaz de exercer seu poder brando por meio da diplomacia pública (DONOS,

⁴ “This soft power co-opts people rather than coerces them”

⁵ “The expansion of international broadcasting, competition to host global sporting events and proliferation of cultural institutes, partnerships and exchanges all point to attempts to put soft power into practice”

⁶ “Thus, soft power that public diplomacy engages must derive from universally acceptable values, fair policies, and attractive culture”

2012). Nye (2008) atenta, ainda, que essa diplomacia pública tem que ir muito além de simples propaganda.

De maneira geral, Donos (2012, p.15) conclui que

As percepções e opiniões tidas por públicos estrangeiros com relação a uma nação se tornam criticamente importantes para decisões tomadas pelos Estados-nação [...] Diplomacia pública está preocupada em influenciar a opinião pública em assuntos de política internacional especialmente do público estrangeiro o que pode influenciar políticas implementadas pelo governo estrangeiro.⁷

Porém há alguns outros campos que devem ser considerados quando se aborda a diplomacia pública. São tais aspectos que servirão de base para o presente trabalho. Para Nye (2008, p. 101 e 102),

[...]diplomacia pública são interações não apenas com governos estrangeiros mas primordialmente com indivíduos não-governamentais e organizações, e frequentemente apresentam uma variedade de visões privadas somadas às visões governamentais. Diplomacia pública também envolve construir relações de longo termo que criam um ambiente favorável para políticas governamentais desenvolverem relações duradouras com indivíduos chave ao longo de muitos anos por meio de bolsas escolares, intercâmbios, treinamento, seminários, conferências e acesso a canais midiáticos.⁸

Copa do Mundo e Olimpíadas são capazes de atrair milhões de olhares ao redor do globo. Segundo dados de 2018 disponibilizados pela Forbes, os Jogos Olímpicos de Londres (2012) e Pequim (2008) alcançaram, respectivamente, 3,6 bilhões e 3,5 bilhões de pessoas em suas casas, fazendo frente às duas últimas Copas do Mundo, uma delas sendo a realizada no Brasil em 2014, que alcançaram 3,2 bilhões de telespectadores em todo o mundo (FORBES, 2018)

Esse grande alcance público internacional por eles proporcionado é responsável por colocar o país-sede no holofote mundial e torna possível demonstrar suas crenças e valores com maior facilidade. Abre, ainda, uma oportunidade para que se mostre ao mundo uma nação estável e organizada, fato possibilitador de aumento de parcerias, acordos de cooperação e similares. Se o Estado consegue essa

⁷ “As a result, the perceptions and opinions held by foreign publics regarding a given nation become critically important to decisions made by nation-states. [...] Public diplomacy is concerned with influencing public opinion on foreign policy issues primarily of foreign publics, which in turn can influence policies implemented by the foreign government”

⁸ “[...] public diplomacy as interactions not only with foreign governments but primarily with non-governmental individuals and organizations, and often presenting a variety of private views in addition to government views. Public diplomacy also involves building long-term relationships that create an enabling environment for government policies development of lasting relationships with key individuals over many years through scholarships, exchanges, training, seminars, conferences, and access to media channels”

cooptação internacional a qual os megaeventos tornam possível, seu *soft power* é, então, exercido.

Mais do que considerá-los como ferramentas em seu fim, os meios também são importantes. Não é possível afirmar que o presidente Lula, ao optar por lançar a candidatura brasileira para sediar tais eventos, estaria pensando em deixar qualquer consequência disso, positiva ou negativa, apenas a quem viesse sucedê-lo. Como previamente mencionado, todo o processo de candidatura que tornou possível o Brasil ser país-sede deu-se durante os anos em que ele esteve na presidência. Para a Copa do Mundo (2014), o lançamento da candidatura realizou-se em 2003; já para as Olimpíadas (2016), o processo foi iniciado nove anos antes do evento, em 2007. (CASTRO; RANINCHESKI; GROHMANN, 2015).

Alcançar logro em tornar-se sede de megaeventos tão importantes quanto estes exige do país-candidato um grande esforço. Primeiramente, conseguir articular-se internamente para atingir um consenso quanto a viabilidade de tais candidaturas é de extrema importância. De acordo com Resende (2010, p. 36) “a campanha brasileira para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 foi processo complexo, o qual envolveu centenas de pessoas nos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como o COB e consultores internacionais por dois anos”.

Paralelamente, o Estado também é demandado a demonstrar-se apto em todas as esferas (econômica, política e social) a arcar com todas as responsabilidades e implicações de ser sede. Isso pode elucidar à comunidade internacional a estabilidade da nação em questão e aumentar sua credibilidade. como no caso de, para a Copa do Mundo, por exemplo, o Brasil ter sido lançado como candidato único das Américas (RESENDE, 2010).

Além disso, o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol (FIFA), responsáveis por toda a burocracia envolvendo esses eventos, são duas das maiores organizações internacionais do mundo, o que demanda do país uma capacidade de articulação internacional para se sobressair. Ainda, a FIFA possui um número de membros maior que a própria ONU: são 211 filiados à federação esportiva contra 193 Estados-soberanos da posterior organização (FIFA, 2019) (ONU, 2019). Isso abre o leque de possibilidades para parceiros internacionais para qualquer país.

Para Vasconcellos (2011), a reafirmação de valores nacionais e a possibilidade de promoção internacional entram como justificativa para países que buscam sediar

megaeventos. De acordo com o autor, os benefícios não serão refletidos apenas na esfera esportiva, como também na política e diplomática.

"Tornar, portanto, o Brasil um destino prioritário das grandes competições esportivas internacionais é uma causa que se impõe, pois a latitude do esporte, ao ultrapassar os limites das próprias competições, reflete positivamente na economia e na imagem externa" (VASCONCELLOS, 2011, p. 192)

Com tudo isso, megaeventos esportivos são ferramentas interessantes para um país exercer seu *soft power* não apenas nos momentos de suas realizações, como também utilizá-los em outros momentos de sua diplomacia para atingir os objetivos pretendidos em sua política externa. Utilizar-se desses para fechar acordos no âmbito esportivo tal como inseri-los em discursos internacionais foram maneiras encontradas pelo Brasil de tirar máximo proveito diplomático (RESENDE, 2010)

O significativo crescimento econômico, a estabilidade política e a favorável conjuntura não permitiam que o Brasil continuasse se comportando como mero espectador do cenário internacional e Lula, ao entender isso, tornou prioritário em sua política externa colocar o Brasil como relevante ator internacional. A nova realidade era de um país forte, que compreendia sua importância e não tinha medo de buscar se impor. Não podia, no entanto, comportar-se de maneira dispersa e viu no esporte uma oportunidade para coesão. Os ganhos possibilitados por tal eram conhecidos e a paixão brasileira pelo desporto foi a sustentação final que o governo precisou para torná-lo recurso político e utilizá-lo para vender ao mundo um novo Brasil, mais forte e preparado para desafios além de suas fronteiras.

3 O BRASIL NOS PROCESSOS DE CANDIDATURA

O Brasil não era totalmente iniciante quando o assunto era sediar grandes eventos esportivos. À época das candidaturas, sua bagagem já contava, entre outros, com a Copa do Mundo de 1950 e, mais recentemente, os Jogos Pan-Americanos de 2007, a serem realizados no Rio de Janeiro. O inovador agora era, no entanto, assumir os desafios e as responsabilidades de sediar os dois maiores megaeventos esportivos do mundo em sequência. Embora os processos tenham apresentado mudanças quanto ao grau de exigência e afins, a expertise adquirida anteriormente esteve a favor do país.

Tornar-se sede de eventos tão grandes e importantes internacionalmente como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos demanda do país, antes de tudo, o lançamento de uma candidatura forte o suficiente para aguentar as burocracias e duração dos processos de escolha. Os caminhos até o veredito final das eleições são repletos de desafios. FIFA e COI, entidades responsáveis por gerenciar tais procedimentos, possuem métodos e exigências próprias para escolher a sede do evento sobre o qual lhe cabe o controle.

O propósito do presente capítulo é, portanto, não apenas explanar como funcionaram os processos e quais requisitos o Brasil precisou atender a partir do momento em que submeteu sua candidatura mas também compreender a articulação brasileira que possibilitou o favorável veredito final. Para os fins deste trabalho, serão analisados apenas as características dos processos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Todos os dados aqui utilizados, quando não previamente indicados, foram retirados dos sites oficiais das organizações.

3.1 COPA DO MUNDO

Essa não seria a primeira vez em que o Brasil assumiria a responsabilidade de sediar o maior evento futebolístico do mundo. Em 1950, ocasião marcada pela derrota dramática da seleção amarelinha dentro do Maracanã, o país serviu de palco para tal. A importância desse fato não pode ser desprezada porém não se pode ignorar também, após mais de 50 anos, seria inevitável a ocorrência de mudanças no cenário nacional e o surgimento de um “novo Brasil”, em um novo momento de sua história (DAMO; OLIVEN, 2013).

Damo (2012) propõe que, muito mais do que um evento esportivo, a Copa do Mundo é uma mercadoria cuja patente pertence totalmente à FIFA. Sendo assim, o propósito maior da entidade é conseguir vender tal produto e por isso Damo e Oliven (2013, p. 23) destacam que a organização “disseminou a ideia de que a copa é uma oportunidade (e não um fardo)”. É tomando como base as duas visões acima expostas que será analisado o processo que garantiu ao Brasil a chance de sediar esta competição mais uma vez.

Para a Copa de 2014, a FIFA, presidida por Joseph Blatter, buscava levar o evento para além do eixo Europa-América do Norte e adentrar locais mais periféricos com o intuito de aumentar ainda mais o alcance internacional. Com este propósito, adotou-se um sistema de rotação entre continentes. De forma a iniciar todo o processo, em 7 de Março de 2003 foi anunciada a escolha da América do Sul como continente-sede. Essa decisão fora decisiva para os anseios brasileiros.

Representante da FIFA no continente, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) ficou responsável, em um primeiro momento, pelas candidaturas dos países interessados. Ainda em 2003, o Brasil, junto com Argentina e Colômbia, anunciou sua vontade em servir de sede. A realidade do futebol brasileiro nos anos anteriores, no entanto, não havia sido a melhor.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade nacional máxima para o futebol, era presidida por Ricardo Teixeira. Entre 2000 e 2001, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que buscava averiguar irregularidades nas contas da CBF acabou chegando a Teixeira. Sua reputação estava, portanto, muito abaixo daquela exigida do representante máximo do esporte de um país que almeja ser sede. Devido à história brasileira com o futebol, esse fato talvez não fosse tão relevante para a CONMEBOL porém a opinião pública poderia ser um problema (DAMO, 2012).

Mas a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, e sua forte ligação com o esporte, em especial o futebol, deu um ar de esperança a Teixeira e a aproximação entre os dois líderes tornou-se importante para a candidatura brasileira (DAMO, 2012). Além do interesse demonstrado por Lula em ser sede, a posterior desistência argentina veio para somar a favor do Brasil nessa corrida.

No início de 2006, as confederações nacionais partes da CONMEBOL demonstraram seus apoios à candidatura brasileira, o que deixava o país como concorrente único. Somada à declaração de Blatter que, nesse cenário, a Copa

provavelmente seria no país, tornava-se quase impossível a não realização do evento em solos brasileiros. Ainda assim, Damo (2012, p. 28) destaca que

foi a conversa reservada de Blatter com o presidente Lula, em 28 de setembro de 2006, na semana anterior ao primeiro turno da eleição presidencial, da qual Lula esperava sair reeleito, que selou a parceria. Para Lula, aquela conversa não poderia ter sido agendada em melhor hora, pois ela praticamente confirmava o Brasil como sede da Copa de 2014, algo noticiado havia pelo menos seis meses, depois de declarações do presidente Blatter

Embora todos as evidências apontassem para o Brasil, a Colômbia não desistiu de enviar sua candidatura oficial para a FIFA. Em 22 de Dezembro de 2006, o Comitê Executivo da instituição confirmou o interesse de ambos os países em realizar a Copa do Mundo. Porém devido aos grandes custos e à força da candidatura brasileira, a candidatura colombiana fora retirada meses depois e, já em 2007, o Brasil voltou a ser candidato único. (O GLOBO, 2007).

Como mencionado, a Copa do Mundo é uma mercadoria. Suas principais exigências, tais como segurança, mobilidade e proteção de seus parceiros comerciais, são dispendiosas e, em sua totalidade, podem ser garantidas apenas por um Estado nacional. De tal maneira, a FIFA preza por achar um país capaz e disposto a atender a todas suas demandas (DAMO, 2012). Naquele momento, dentro da América do Sul, continente escolhido,

Dadas as exigências da FIFA em termos de infraestrutura, o Brasil seria o país cuja economia teria condições de suportar, sem maiores sobressaltos, os investimentos demandados, além de ser um país no qual o futebol é o esporte hegemônico, sem contar o seu potencial turístico e sua reputação de hospitalidade (DAMO; OLIVEN, 2013, p. 23)

Sendo assim, a essa altura, todos os componentes do âmbito político já estavam convencidos e prontos para sediar a Copa. Mas o mesmo não pode ser dito da opinião pública, a qual ainda apresentava algumas dúvidas quanto a viabilidade de arcar com custos tão altos. Damo e Oliven (2013, p. 22,23) levantam alguns questionamentos

é justo que o Estado seja parceiro de uma entidade privada, como a FIFA, que faz exigências e não oferece contrapartidas palpáveis? É correto que o dinheiro público seja investido em instalações (arenas) que se destinam a um público de alto poder aquisitivo? Dado que alguns desses investimentos são notoriamente controversos, a quem eles interessam efetivamente?

As exigências da FIFA passam pelos mais diversos campos, sendo uma das principais a construção de estádios capazes de suportar uma grande quantidade de espectadores. Gastar dinheiro público nesse setor em um momento que o país estava

se reerguendo e, portanto, apresentava outras necessidades pontuais era um tanto controverso. Porém Ricardo Teixeira tomou a palavra para afirmar que os investimentos para a realização do evento viriam primordialmente da iniciativa privada, cabendo ao Estado arcar apenas com aquilo que seria de sua responsabilidade em qualquer outra situação (ESPN, 2017)

Para o Brasil, nada mais faltava agora senão a visita oficial de inspeção da FIFA ao país e a espera pela confirmação da vitória. O resultado das inspeções foram redigidos no relatório oficial, sendo dito que

O cometimento brasileiro para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 foi demonstrado em todos os níveis de governo, pela proposta do comitê organizador local e pelo público como um todo. O time de inspeção foi capaz de ver, em primeira mão, o desejo e a vontade de todos os grupos de se unirem para sediar com sucesso o evento (Brazil Bid: Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup, p. 9)⁹

A confirmação da vitória brasileira foi dada em 30 de Outubro de 2007. Por tudo, a vitória brasileira não foi uma surpresa mas, ainda assim, nomes importantes foram à cerimônia em Zurique (SUI), dentre os quais estavam Dunga, Romário, Paulo Coelho e o próprio presidente Lula. Durante os discursos da cerimônia, fora possível perceber que, mais que concedido a chance de realização do evento, o Brasil fora desafiado a fazê-lo (DAMO, 2012).

Na tabela abaixo, é possível ver a progressão dos acontecimentos com suas datas especificadas.

Tabela 1: Processo de Eleição para Sede da Copa do Mundo FIFA 2014

6 de Março de 2003	O Comitê de Estudos Estratégicos da FIFA apoia o pedido da CONMEBOL para que a América do Sul tenha direito de sede
7 de Março de 2003	O Comitê Executivo da FIFA decide que a América do Sul organizará a Copa do Mundo FIFA 2014
22 de Dezembro de 2006	O Comitê Executivo da FIFA confirma o interesse de Colômbia e Brasil em sediar a Copa
1 de Fevereiro de 2007	FIFA envia o formulário de acordo de sede para os países interessados
16 de Abril de 2007	Prazo da FIFA para que os interessados enviem os contratos de licitação

⁹ "Brazil's commitment to host the 2014 FIFA World Cup™ has been demonstrated at all levels of government, by the bid LOC and by the public as a whole. The inspection team was able to see first-hand the desire and willingness of all groups to come together for the successful staging of the event."

31 de Julho de 2007	Prazo da FIFA para os países interessados confirmarem seu interesse submetendo uma cópia do contrato de licitação e as garantias governamentais
23 de Agosto - 1 de Setembro de 2007	Visita de inspeção ao Brasil
29 de Outubro de 2007	Apresentação final
30 de Outubro de 2007	Escolha do país sede

Fonte: Brazil Bid: inspection report for the 2014 FIFA World Cup (adaptada)

Retomando todo o mencionado, o processo para sediar a Copa pode ser visto mais como uma disputa do Brasil consigo mesmo. A falta de concorrentes não pode, no entanto, tirar o mérito brasileiro. Reunir o apoio de todas as federações regionais para sua candidatura, atender às exigências iniciais de uma organização tão demandante como a FIFA e colocar Lula frente a frente com Blatter são aspectos que não podem ser menosprezados quando se busca entender o que essa candidatura representou para a política externa brasileira. Tais aspectos serão devidamente explorados posteriormente.

3.2 JOGOS OLÍMPICOS

O tempo decorrido entre o anúncio da vitória brasileira em 2007 e o lançamento da candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 foi mínimo. Porém, diferente do ocorrido com a Copa do Mundo, o processo de candidatura brasileiro para os Jogos Olímpicos de 2016 foi mais burocrático e desafiador. Não houve, nessa oportunidade, a escolha prévia de um continente sede ou o surgimento do país como candidato único. O Brasil estava se envolvendo em uma disputa internacional de alta concorrência.

Jogos Olímpicos e Copa do Mundo apresentam diferenças principalmente no que tange a quantidade de atletas, delegações e modalidades envolvidas, aumentando, conseqüentemente, o número de indivíduos participantes. Para além disso, os Jogos Olímpicos ocorrem em apenas uma cidade-sede, diferente dos jogos da Copa do Mundo que percorrem o país. Por isso, o Comitê Olímpico Internacional

(COI), órgão responsável pelo evento, apresenta exigências e protocolos diferentes daqueles demandados pela FIFA.

Para a ocasião, a cidade brasileira escolhida foi o Rio de Janeiro. Essa não foi, no entanto, a primeira vez que se investiu na candidatura da cidade-maravilhosa para tal evento. Para os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012, fora demonstrado o interesse carioca mas o sucesso não veio. Qual seria, então, a diferença entre a atual candidatura e os anos anteriores?

A confirmação da inserção do Rio de Janeiro nesta corrida veio em 2007. Junto a ela, também fora confirmado o interesse de mais seis cidades: Chicago, nos Estados Unidos; Praga, na República Tcheca; Tóquio, no Japão; Baku, no Azerbaijão; Doha, no Catar e Madri, na Espanha. Estavam, então, definidos os concorrentes brasileiros para a disputa.

Encabeçada pelo comitê olímpico nacional de cada país, a etapa inicial requer o preenchimento do questionário da cidade aplicante do COI. Posteriormente, o documento com as respostas de tal questionário é submetido ao COI para análise e um relatório é feito para, só então, ser enviado para o conselho executivo da instituição. A disputa começa já nesse primeiro momento e as cidades aplicantes já passam por análise exigente. (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2010) (BID PROCEDURE FOR THE GAMES OF THE OLYMPIAD OF 2016, 2010)

Antes de ser enviado ao comitê executivo, os questionários passam por um grupo de análise, o qual dá o parecer inicial com base em 11 tópicos com diferentes pesos e notas que variam de 1 a 10. As categorias são (i) apoio do governo; (ii) problemas legais e opinião pública; (iii) infraestrutura geral; (iv) instalações esportivas; (v) vila olímpica; (vi) condições e impactos ambientais; (vii) acomodações; (viii) transporte; (ix) segurança; (x) finanças; (xi) projeto geral e legado (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2010) (BID PROCEDURE FOR THE GAMES OF THE OLYMPIAD OF 2016, 2010). Para os propósitos gerais do trabalho, não cabe analisar individualmente cada tópico, no entanto.

Em relatório de Junho de 2008, apenas quatro cidades haviam sido contempladas com aprovação inicial: Chicago, Tóquio, Rio de Janeiro e Madri. Ainda na corrida, essas cidades teriam até 12 de fevereiro de 2009 para enviar seus dossiês de candidaturas ao COI (*idem*). Aqui, já começara a movimentação brasileira para conseguir logro. De acordo com Damo e Oliven (2013, p. 26), “o dossiê de candidatura

do Rio foi o único a ser entregue pessoalmente, por uma comitiva que incluiu o presidente do COB, o governador do estado e o prefeito da cidade”.

A permanência da cidade na disputa trouxe consigo mais alguns desafios. Das cidades remanescentes, Chicago e Tóquio já haviam sido sede dos jogos e, portanto, apresentavam experiência nesse quesito; Madri, embora nunca houvesse tido seu território como palco para tal, gozava da experiência espanhola adquirida com os jogos de 1992 em Barcelona. (BID PROCEDURE FOR THE GAMES OF THE OLYMPIAD OF 2016, 2010).

O Rio de Janeiro não podia se vangloriar de tal feito pois nunca havia sediado o evento. Nem mesmo o quesito país podia ser aproveitado como o fora por Madri uma vez que o Brasil também nunca havia sido sede. Ainda, nem mesmo a América do Sul havia tido essa oportunidade. O que podia servir como adversidade para a candidatura carioca fora, no entanto, muito bem aproveitada pelo Brasil no processo que se seguiria.

É verdade que a cidade brasileira nunca havia sido sede para os Jogos Olímpicos; também é verdade, no entanto, que os Jogos Pan-Americanos de 2007 foram lá realizados. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) viu no episódio uma oportunidade de ouro para demonstrar a capacidade da cidade em sediar eventos esportivos. O investimento pesado para conseguir o êxito teve uma finalidade muito além dos Jogos Pan-Americanos em si, servindo para impulsionar a candidatura olímpica (DAMO; OLIVEN, 2013) (ALMEIDA, 2015).

Toledo, Grix e Bega (2014, p.27) destacam que

a execução dos Jogos Pan-Americanos de 2007 se divorciou, progressivamente, da proposta original, constante do dossiê de candidatura apresentado à Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), aproximando-se, de modo gradual, de uma formatação olímpica. O intuito dos organizadores, aqui, era “vender” a organização desse evento regional como um estágio de aprendizado para que a cidade se credenciasse em mais uma tentativa de sediar os Jogos Olímpicos

Além disso, a recente eleição do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 conferia credibilidade ao país (DAMO; OLIVEN, 2013) (ALMEIDA, 2015).

Em carta enviada aos presidentes do COB e COI, é ressaltado que

...aprendemos muito com a realização bem-sucedida dos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007. E nos beneficiamos do legado físico desses jogos, infraestrutura e novas instalações do evento [...] além disso, o Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014. Este evento fará com que nosso investimento de capital seja maximizado e compartilhado pelos dois grandes eventos estimuladores de desenvolvimento, permitindo uma prévia e melhor preparação para os jogos.

Com efeito, o Brasil está empenhado na realização de grandes eventos e seu compromisso resolutivo com o esporte dará continuidade à formação de novas parcerias com o mundo esportivo internacional durante e até mesmo após os jogos. (Dossiê de Candidatura Rio 2016, 2009, n.p)¹⁰

O quesito da região sul-americana nunca haver servido como palco para o evento também fora explorado da maneira certa e surgiu como trunfo para a candidatura brasileira. O legado que a escolha do Rio traria para o continente como um todo, em especial na integração pelo esporte, fora devidamente aproveitado, como é possível visualizar neste subtópico presente no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (2009, p. 36)

Os Jogos Olímpicos Rio 2016 permitirão a realização de projetos que irão trazer benefícios para a juventude e população em geral. Os programas e as instalações no Centro Olímpico de Treinamento (COT) representarão um legado para o esporte na América do Sul, dando apoio a atletas e programas de esportes Olímpicos e Paraolímpicos, permitindo o surgimento de novos talentos. Em colaboração com a Solidariedade Olímpica, o COT oferecerá bolsas a atletas e treinadores de fora do Brasil que não tenham acesso a programas de apoio e treinamento de alta qualidade.

Outro aspecto que também fora explorado durante a candidatura diz respeito ao momento pelo qual passava o Brasil, tanto internamente como internacionalmente. O discurso de um “novo Brasil”, assim como no processo de candidatura para Copa, também fora aqui adotado. No campo interno, o que se buscava fazer entender era o apoio das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Nas candidaturas anteriores, tal concordância não fora possível mas, neste momento, estado e município eram comandados por membros de um mesmo partido e o presidente Lula era aliado do governador fluminense (DAMO; OLIVEN, 2013).

Logo no primeiro parágrafo da carta assinada pelos representantes das três esferas, é destacado que ela “reafirma o apoio total e firme do Governo do Brasil, do estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, junto com o Comitê Olímpico Brasileiro, à candidatura do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016” (Dossiê de candidatura Rio 2016, 2009)

Além disso, o bom momento econômico pelo qual passava o país não poderia ser negligenciado e não o fora. Frente à crise econômica partida dos Estados Unidos que assolou o mundo em 2008, o Brasil conseguiu manter-se quase inabalado. Este fato fora ressaltado inúmeras vezes no documento oficial da candidatura, sendo até

¹⁰ A carta encontra-se no prefácio do documento oficial, onde não consta paginação.

mesmo utilizado para embasar o porquê de o Brasil ser o candidato mais viável dentro da região antes inexplorada, como pode ser visto nas passagens a seguir.

Mesmo frente às dificuldades econômicas mundiais, podemos garantir que os fundos para a candidatura Rio 2016 estão assegurados e que a economia brasileira é estável. Hoje ocupando a posição de décima economia mundial e com indicadores que se tornará a quinta até 2016, o Brasil está apto a cumprir todas as exigências projetadas para os jogos. (Dossiê de Candidatura Rio 2016, 2009, n.p)¹¹

Sendo a principal potência econômica da região, o Brasil tem os meios, a oportunidade e a vocação para usar o esporte como forma de ajudar seus vizinhos na região e no mundo. O Comitê Olímpico Brasileiro, apoiado pela Prefeitura, pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, já dá provas dessa liderança com a criação do Centro Olímpico de Treinamento (COT), que irá oferecer instalações de treinamento de alto rendimento a atletas brasileiros e estrangeiros. Bolsas de estudo permitirão realizar os sonhos de atletas da América do Sul e do resto do mundo (Dossiê de Candidatura Rio 2016, 2009, p. 20)

No âmbito interno, além da inclusão social que estava sendo promovida a partir do crescimento econômico, também foi ressaltada a miscigenação da população brasileira, o fato de não haver, no território nacional, conflitos étnicos e a liberdade garantida pela democracia estável à época (DAMO; OLIVEN, 2013) (DOSSIÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009)

As instruções dentro do Itamaraty também eram claras quanto ao objetivo brasileiro. Os embaixadores e diplomatas foram orientados a mencionar a candidatura para os Jogos Olímpicos em qualquer oportunidade internacional que surgisse com a visão de reiterar a vontade e o comprometimento nacional em tornar-se sede de tal evento. (DAMO; OLIVEN, 2013)

Até mesmo o campo ambiental fora explorado pela candidatura brasileira. A grande biodiversidade nacional e o clima tropical foram unidos ao recorrente comprometimento nacional nessa questão e ao fato de o Rio de Janeiro já ter servido como palco para a Cúpula Mundial do Meio Ambiente. No Dossiê de Candidatura Rio 2016 (2009, p. 94),

Alinhado com os princípios de desenvolvimento sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas no relatório “Nosso Futuro Comum”, e ratificados na Cúpula Mundial do Meio Ambiente Rio 92, os Jogos Rio 2016 funcionarão como catalisador da legislação e dos programas dos três níveis de Governo, através do Plano de Gestão de Sustentabilidade Rio 2016 (PGS)

¹¹ A carta encontra-se no prefácio do documento oficial, onde não consta paginação.

Após a submissão da candidatura oficial ao COI, deu-se início à etapa do processo que consta com visitas às cidades candidatas. O período reservado para o Brasil foi de 29 de Abril a 2 de Maio de 2009. Quando as visitas em todas as cidades terminaram, a comissão de análise ficou responsável, então, por produzir um relatório técnico acerca da candidatura de cada cidade, o qual foi posteriormente disponibilizado para o público (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2010)

O momento da decisão aconteceu em Copenhague. Todas as cidades participantes teriam 45 minutos para apresentar seus projetos e os 15 minutos subsequentes seriam abertos a perguntas (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2010). O Brasil não deixou escapar a chance final de vender sua candidatura e o presidente Lula fez um discurso ressaltando os tópicos apresentados durante todo o processo.

A miscigenação brasileira fora abordada logo no início do discurso, quando o presidente reitera que

Olhando para os cinco aros do símbolo olímpico, vejo neles meu país. Um Brasil de homens e mulheres de todos os continentes: americanos, europeus, africanos, asiáticos, todos orgulhosos de suas origens e mais orgulhosos de se sentirem brasileiros. Não só somos um povo misturado, mas um povo que gosta muito de ser misturado. É o que faz nossa identidade. (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 2009)

A nova posição internacional do Brasil também fora abordada

Digo com toda franqueza: chegou nossa hora. Chegou! Entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil é o único país que não sediou os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. [...] Para os outros, será apenas mais uma Olimpíada. Para nós, será uma oportunidade sem igual. (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 2009)

E o presidente continua, agora se valendo do fato de os Jogos nunca terem sido sediados no continente

Essa candidatura não é só nossa. É também da América do Sul [...] Para o movimento olímpico, essa decisão abrirá uma nova e promissora fronteira.[...] O desafio agora é outro: expandir as Olimpíadas para novos continentes. É hora de acender a pira Olímpica em um país tropical, na mais linda e maravilhosa cidade - o Rio de Janeiro. Para a América do Sul, será um momento mágico. Para o movimento olímpico, uma oportunidade [...] de passar uma mensagem clara para o mundo: as Olimpíadas pertencem a todos os povos, a todos os continentes, à humanidade inteira (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 2009)

Após o discurso do líder brasileiro, um vídeo de candidatura dirigido por Fernando Meirelles foi exibido e elogiado por mostrar muito mais que as vantagens decorrentes de uma possível eleição, senão uma cidade disposta a acolher e interagir com os Jogos (DAMO, OLIVEN, 2013)

Seguindo a apresentação final da candidatura das quatro cidades, Nawal El Moutawakel, responsável pela comissão avaliativa, abriu o processo final de votação, o qual ocorreu da seguinte maneira:

todos os membros elegíveis do COI são solicitados a votar na eleição para cidade sede. Em cada rodada, cada membro participante do COI pode votar para apenas uma cidade. No que tange às regulações, apenas aqueles membros que não são nacionais dos países os quais possuem uma cidade candidata na rodada são permitidos a votar. Os votos dos membros não participantes na rodada ou que se abstém, assim como entradas eletrônicas inválidas, não são contabilizados nos cálculos da maioria requerida. Se, após a primeira rodada, nenhuma cidade obtiver a maioria absoluta, quantas rodadas forem necessárias ocorrerão para que uma cidade obtenha tal maioria. A cidade que recebe o menor número de votos deixa a competição. O nome da cidade torna-se público imediatamente e a votação continua. Se apenas duas cidades continuarem na competição, a que obtiver o maior número de votos é eleita (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2010, online)¹²¹³

Foram necessárias três rodadas para a eleição da cidade-sede, sendo preciso o confronto direto contra Madri na rodada final. Com 66 votos contra os 32 recebidos pela província espanhola, o Rio de Janeiro foi oficialmente escolhido como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2010)

Tabela 2: Resultado das Rodadas de Votação

Rodada de Votação	1	2	3
Chicago	18	-	-
Tóquio	22	20	-
Rio de Janeiro	26	46	66
Madri	28	29	32

Fonte: International Olympic Committee

Tabela 3: Processo de Eleição Sede Jogos Olímpicos 2016

¹² "All eligible IOC members are asked to vote in the host city election. In each round, each participating IOC member may vote for only one city. As per the voting regulations, only those IOC members who are not nationals of countries for which there is a candidate city in a round are permitted to vote. The votes of members not taking part in a round of voting or who abstain, as well as invalid electronic voting entries, are not taken into account in the calculation of the required majority. If, after the first round of voting, no city obtains the absolute majority of the votes cast, as many rounds are held as necessary for a city to obtain such majority. The city receiving the least number of votes leaves the competition. The name of this city is made public straight away and the vote continues. If only two cities remain in contention, the one that obtains the greatest number of votes is elected"

¹³ Referência disponível no site oficial da instituição, portanto não consta paginação. Disponível em: <<https://www.olympic.org/2016-host-city-election>>. Acesso em 16 set. 2019

13 de Setembro de 2007	Prazo para os Comitês Olímpicos Nacionais submeterem o nome da cidade aplicante
Outubro de 2007 a 14 de Janeiro de 2008	Cidades aplicantes foram requeridas a prepararem suas respostas ao “Questionário COI”
Janeiro a Junho de 2008	As respostas foram analisadas pelo COI
4 de Junho de 2008	O Comitê Executivo do COI decidiu aceitar Chicago, Tóquio, Rio de Janeiro e Madri como cidades candidatas
Junho de 2008 a 12 de Fevereiro de 2009	Período para as cidades candidatas prepararem seus dossiês de candidatura
Março a Maio de 2009	Durante esse período, o comitê de avaliação de 2016 fez uma visita de 4 dias às cidades candidatas
17 e 18 de Junho de 2009	As cidades candidatas apresentaram os aspectos técnicos de seus dossiês
2 de Outubro de 2009	Apresentação final e decisão da cidade sede

Fonte: International Olympic Committee (adaptada)

Diferente do que ocorrera no anúncio da Copa do Mundo, a vitória brasileira não poderia ter sido prevista nesta ocasião. O clima festivo de comemoração após a divulgação tomou conta não apenas da cidade, como também do país (DAMO; OLIVEN, 2013). O Brasil acabara de se tornar sede para os dois megaeventos esportivos mais importantes da atualidade.

O que se notou nas duas ocasiões foi um Brasil empenhado em lutar por seus objetivos e um presidente comprometido. Cada vez mais ciente de sua nova posição internacional, o país se impunha mais. Com a confiabilidade aumentada, para a Copa do Mundo, o Estado consolidou sua liderança na América do Sul; para as Olimpíadas, o Brasil não se encolheu na disputa frente às potências. A projeção internacional brasileira se expandia em um meio onde o alcance vai muito além da interação apenas entre Estados.

4 O JOGO POLÍTICO DO ESPORTE

Considerados ambos os processos de candidatura para os megaeventos, é possível perceber o envolvimento marcante do Governo Federal brasileiro. Como foi possível notar ao longo do capítulo anterior, o presidente Lula sempre esteve à frente dos processos, participando de maneira ativa sempre que necessário ou oportuno, fosse na reunião com Joseph Blatter ou no discurso final do processo seletivo para os Jogos Olímpicos de 2016.

Torna-se difícil, então, imaginar que o Brasil não possuía interesses além da parte esportiva. Assim,

é possível inferir que esse engajamento corresponde a uma efetiva inserção da candidatura na agenda da política externa brasileira, sendo que a noção de “compromisso do governo brasileiro” reforça o envolvimento como uma questão de governo (ALMEIDA, 2015, p. 239)

Até o presente momento deste trabalho, percebeu-se que a proposição maior da nova política externa nacional era aumentar a relevância do país dentro do cenário internacional, tirando o Brasil do papel de coadjuvante. Mostrou-se, também, que o esporte fora utilizado como maneira de buscar atingir tal objetivo e outros existentes. A questão que ainda carece de resposta diz respeito aos ganhos diplomáticos do esporte e se eles tiveram efeito positivo real se considerada a política externa do período.

O propósito deste capítulo é, portanto, identificar as formas como o Brasil conseguiu se aproveitar do esporte como ferramenta de política externa, considerando o momento oportuno das candidaturas e fazendo o cruzamento entre os ganhos proporcionados por tal e o que buscava Lula da Silva com sua política externa, embasando-se no *soft power* no intuito de responder a pergunta inicialmente proposta.

Para começar esta seção, uma analogia que pode e deve ser apresentada é a feita por Vasconcellos (2011, p. 202) quando diz que

Tomada a seleção como metáfora da coletividade, a representação é a de um povo, uma sociedade e uma economia capazes de participar da comunidade de nações, de jogar de acordo com regras internacionais rígidas, assemelhadas ao rigor e à liturgia que regulam o grande evento do esporte mundial. O globo estaria mais parecido com uma Copa. E o Brasil mais notabilizado nos dois.

Antes de tudo, é necessário atentar para a conjuntura. Como já mencionado, naquele momento, após um atentado terrorista a uma das maiores nações do mundo em 2001, os Estados Unidos voltaram sua atenção a um território aquém da América

Latina; ainda, o *soft power* ganhava seu espaço. Este seria um momento oportuno para o Brasil e o esporte, conveniente.

Lula da Silva não tardou para utilizar o esporte em sua política externa. Já nos anos iniciais de seu governo, em 2004, a seleção brasileira de futebol masculino foi ao Haiti para realizar um amistoso intitulado “Jogo da Paz”. O território haitiano passava, naquele momento, por inúmeras crises as quais o Brasil se propôs a ajudar sanar mas, embora tenha sido um ato benevolente da diplomacia nacional, Resende (2010) afirma que a visibilidade da crise haitiana na mídia internacional não pode ser desconsiderada quando analisada a atitude brasileira. Este foi o primeiro passo dado em direção aos objetivos da nação com o esporte como propulsor.

Uma das coisas pelas quais o Brasil de Lula prezava era a diversificação de parceiros internacionais, com especial atenção a nações do sul-global e ao continente africano sem, no entanto, ignorar a importância dos países desenvolvidos no norte. Com esse intuito, a diplomacia pública pautada no esporte e aliada ao *soft power* foi amplamente utilizada.

Foi logo em 2005 que o esporte ganhou força na diplomacia brasileira e acordos na área esportiva começaram a ser fechados com os mais diversos países. A EMBRATUR lançou o futebol brasileiro como uma “marca esportiva” pois sua qualidade e popularidade nacional, tal como seu grande prestígio e importantes nomes, faziam dele “*made in Brazil*”. Pelé, um dos mais importantes nomes da história do futebol brasileiro, fez uma visita a Doha como convidado de honra para a inauguração de um centro esportivo. (VASCONCELLOS, 2011)

Com a Bulgária, foi fechado o “Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério da Juventude e dos Desportos da República da Bulgária”. Com o Japão, foi feito um acordo para intercâmbio na área esportiva. Já o Paquistão solicitou ao Brasil, por meio de seu Comitê de Esportes, uma cooperação no âmbito esportivo com foco no futebol. (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2005) (VASCONCELLOS, 2011)

Em 2006, o governo brasileiro se uniu ao governo de Botsuana para assinar o “Acordo Básico de Cooperação Técnica e instrumentos específicos para o desenvolvimento de projetos nas áreas do combate ao HIV/AIDS e de esporte”. (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2006).

Porém foi com a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e a candidatura para os Jogos Olímpicos de 2016 que o esporte como ferramenta de

política externa pôde ser devidamente explorado. Foram mais de 30 acordos de cooperação no âmbito esportivo entre 2008 e 2010 com vários outros em negociação, a maioria feita com países em fase de desenvolvimento, especialmente africanos (RESENDE, 2010)

A razão para o tempo que o esporte levou para se consolidar na diplomacia brasileira pode ser explicada devido ao novo território ser um tanto desconhecido, como retrata Resende (2010, p. 40) ao afirmar que

As primeiras ações foram feitas como se tateando um objeto novo e inexplorado. Mas se percebe que, com o avanço da candidatura olímpica e posterior escolha do Brasil como sede dos Jogos de 2016, as ações tomaram corpo: parcerias foram firmadas e ações ganharam continuidade.

Com países que já haviam sediado os megaeventos, a maioria dos acordos se deu na área de *expertise* uma vez que o Brasil buscava uma troca de experiências para poder organizar seus próprios eventos de 2014 e 2016 e realizá-los da melhor maneira possível. Com os outros países, em especial aqueles em processo de desenvolvimento ou do sul-global, os acordos foram mais voltados à cooperação esportiva propriamente dita e intercâmbio.

Segundo Resende (2010), a eleição do Brasil como sede para a Copa do Mundo FIFA 2014 e sua candidatura para os Jogos Olímpicos 2016 fez com que a demanda por cooperação com o país, vinda primordialmente de países pobres, crescesse tanto que o governo entendeu haver a necessidade de criação, dentro do Itamaraty, em Janeiro de 2008, da Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE). Além de especializada nesse quesito, ficou também responsável por realizar partidas amistosas como meio de promover o esporte nacional.

Com a Índia, fechou-se o “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Esportes e Assuntos de Juventude”; em Maputo, Moçambique, houve a instalação e inauguração de uma fábrica de bolas visando a posterior doação de materiais para outros países da América Latina e África (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2008) (RESENDE, 2010)

A instalação da fábrica na capital moçambicana, em 2009, foi especialmente importante devido à proximidade de ação entre os povos uma vez que

Técnicos brasileiros treinarão profissionais moçambicanos para a operação e manutenção de suas instalações. A meta é colaborar com a massificação do esporte nas 12 províncias de Moçambique, atendendo a 150 mil jovens em programas sociais voltados para a diminuição da evasão escolar e

desenvolvimento da autoestima e do trabalho em equipe de crianças e jovens, sobretudo os menos favorecidos. (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2009, p. 54)

Ainda em 2009, outros vários acordos foram fechados, como o “Memorando de Entendimento sobre Esporte” com a Nigéria; o “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área do Esporte”, com a África do Sul; o “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Guiné Equatorial para Cooperação em Matéria de Esportes” e o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva” com a Venezuela para que o esporte servisse como meio de interação social entre os dois países (RESENHA DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, 2009)

Com o Reino Unido, o Brasil assinou o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico e Legados Referentes a Atividades Físicas e Desportivas, Relativos à Organização das Olimpíadas”, “Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Desenvolver Legados Econômico, Comercial e de Reputação como Anfitriões das Olimpíadas”; com o país, houve, além de outros contatos, visitas presenciais. (RESENDE, 2010)

Com a Alemanha, o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica” visando infraestrutura e segurança buscava maximizar as oportunidades econômicas brasileiras por meio da troca de experiências. Com Benim, o Brasil fechou mais uma parceria na área esportiva com o envio de técnicos de vôlei de praia à pedido do próprio governo do país africano (RESENDE, 2010).

Pretendendo buscar as melhores formas de organização para os megaeventos a serem realizados, acordos de cooperação foram assinados com Austrália, Canadá, Estados Unidos e Rússia. Algumas parcerias do Governo Federal com órgão nacionais resultaram em cursos e programas de capacitação no Haiti, Quênia e Uganda; de uma parceria com o Santos F.C, resultou um programa de treinamento para a seleção palestina de futebol feminino sub-20 (RESENDE, 2010).

Os acordos nesta área fechados pelo Brasil não pararam aqui. Vasconcellos (2011) mostra que existem projetos, intermediados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com países como Jamaica, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, entre outros para formação e qualificação esportiva.

Mas o Itamaraty não foi o único a agir. Lula não ignorou as oportunidades que lhe foram concedidas para exercer sua diplomacia presidencial. O presidente esteve presente na abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, assim como na visita realizada ao parque olímpico de Londres, em 2012. (RESENDE, 2010)

Vasconcellos (2011) mostra ainda que o esporte serviu como oportuna saída quando, na região insular do Pacífico, o Brasil precisou convencer aqueles Estados que sua aproximação com eles ia além do mero interesse em conseguir seus apoios dentro da ONU. Com Papua-Nova Guiné, por exemplo, os acordos esportivos serviram para fixar a boa imagem do Brasil e aumentar as relações bilaterais.

A partir do exposto, é possível perceber que o esporte foi premissa primordial para o fechamento de diversos acordos os quais foram além de um contato entre Estados e atenderam à população, por meio de contato direto, com programas de intercâmbio esportivo e similares, servindo para moldar a opinião pública acerca do Brasil e ajudando a diplomacia pública nacional.

Em especial no período em que o país esteve envolvido com os megaeventos, o esporte serviu ativamente para que o Brasil ampliasse seu leque de parceiros internacionais e colaborou, ainda, em outro aspecto da política externa. A cooperação sul-sul, buscada pelo Brasil como forma de aumentar sua base aliada para dar mais força a sua voz em fóruns multilaterais, também foi facilitada pelo esporte.

No entanto, não foi apenas no campo bilateral entre países que o Brasil conseguiu aproveitar-se do esporte à época. FIFA, COI e UNESCO mantêm programas de cooperação nessa área com nações que ainda se encontram em estágio de desenvolvimento. Há, ainda, programas complementares entre FIFA, COI e agências da ONU nesse sentido (VASCONCELLOS, 2011).

À título de exemplo, dentro da UNESCO existe o Comitê Intergovernamental para Educação Física e Esporte (CIGEPE)¹⁴, criado para promover o valor do esporte. Além da promoção de políticas esportivas propriamente ditas, o CIGEPE também é um meio para a troca de experiências e para assegurar a responsabilidade dos países na promoção de políticas públicas esportivas (UNESCO, 2017).

O Escritório da Organização das Nações Unidas para o Esporte com a Promoção de Desenvolvimento e Paz (UNOSDP)¹⁵, pertencente à ONU, demonstrou

¹⁴ Intergovernmental Committee for Physical Education and Sport

¹⁵ United Nations Office on Sport for Development and Peace

forte interesse em trabalhar com o Brasil no campo esportivo. Isso resultou na escolha do país, pela instituição, como representante regional das Américas (RESENDE, 2010). Apesar de o escritório ter sido fechado em 2017, sua importância naquela época era vantajosa ao Brasil. A posição de relevância internacional que o Brasil tanto almejava estava sendo desenhada.

Quando analisados os processos de escolha de sede dos megaeventos, observou-se que cada Organização Internacional responsável apresenta uma lista de exigências que dizem respeito às mais diversas esferas e devem ser atendidas. Resende (2010) explica que, muito além do campo esportivo, as escolhas para sediar a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos exigem que o país ou cidade-candidata demonstre aptidão a lidar com questões como mobilidade urbana, infraestrutura e chegam até mesmo em estabilidade política e econômica, no que o autor chama de “confiabilidade de capacidades”

Ainda para Resende (2010, p. 41), a mera candidatura brasileira para sediar os Jogos Olímpicos “pode ser entendida como exemplo de caso dessa nova postura de não participar do jogo político internacional apenas para jogar, mas para vencê-lo”. Ser concedido a responsabilidade e o mérito de sediá-los junto à Copa do Mundo, então, era duplamente vantajoso uma vez que

[...] os países, quando promotores oficiais desses eventos esportivos resplandecentes, veiculam comunicação social qualificada, projetam imagem institucional positiva e podem significar parâmetro respeitado e emulado pela comunidade das nações (VASCONCELLOS, 2011, p. 193, 194)

O Brasil, eleito para ambos consecutivamente, conseguiu provar a duas das maiores instituições internacionais mundiais sua “confiabilidade de capacidades”, ou seja, que estava apto a lidar com a responsabilidade de cuidar das maiores propriedades pertencentes à FIFA e ao COI. Ainda, durante o processo de candidatura para os Jogos Olímpicos, observou-se que as esferas governamentais brasileiras (municipal, estadual e federal) e o Itamaraty conseguiram ser coesos e unificados no assunto.

Assim, sair-se vitorioso de ambos os processos demonstrou à comunidade internacional que o Brasil, naquele momento histórico em que se encontrava, era passível de confiança em variáveis primordiais para elevar a confiabilidade do país de maneira geral e mostrar que este estava apto a adquirir maiores responsabilidades internacionais.

A representatividade dos megaeventos pode ir ainda além. Se a proposta do presidente Lula para com o MERCOSUL era conseguir estreitar laços entre os países da região, manter relações amigáveis e pacíficas e aumentar a integração e ter o Brasil no comando de todo este processo, o esporte fora muito oportuno.

Como visto, para a Copa do Mundo, o consenso entre os países da região para que o Brasil fosse lançado como candidato único pode ser entendido, também, como expressão da confiabilidade que o país passava. Além disso, o fato de a América do Sul nunca haver sediado uma edição dos Jogos Olímpicos e a honra de servir como pioneiro ter sido concedida ao Brasil colocava a nação em uma posição de destaque dentro da região, reforçada ainda pela parceria com a UNOSDP.

Durante a candidatura para 2016, muitos pontos mencionados no dossiê ressaltavam um Brasil pronto a tomar as rédeas de iniciativas com vista a impulsionar o esporte nacional dos países sul-americanos assim como o esporte regional como um todo por meio de parcerias e acordos, aumentando a integração sul-americana para um campo muito além do puramente econômico. O esporte ajudava a colocar o Brasil no centro da região que fazia parte e sua base para projeção internacional estava consolidada.

Com todo o exposto, é possível perceber que, apesar da necessidade de adaptação a um novo campo, o Brasil se aproveitou do esporte em sua Política Externa de maneira consciente, como visto a partir da criação do CGCE. A quantidade e o caráter dos acordos fechados apenas reforçaram as ideias brasileiras para sua política externa. O número de acordos aumentava os parceiros internacionais do Brasil enquanto seu caráter de buscar um contato direto com o povo e intercâmbio duradouros, fosse de experiência ou de pessoas, reforçava a diplomacia pública. Além disso, o protagonismo de países pobres ou em desenvolvimento como parceiros ajudaram a proatividade internacional brasileira.

As premissas da Política Externa Ativa e Altiva também foram fortalecidas. O caráter “ativo” é visualizado quando o Brasil lançou-se no jogo internacional defendendo seus interesses estratégicos próprios, fazendo jus à nova característica logística do Estado. Já a altivez pode ser vista quando considerada sua atuação frente às potências, em especial os Estados Unidos.

Ao fechar acordos que buscavam uma troca mútua igualitária com países do norte, o Brasil prezava por sua soberania. O caráter recíproco substituiu acordos unilaterais os quais beneficiavam apenas uma das partes - em geral, a parte mais

forte: o norte. O novo espaço de notoriedade assumido dentro da América do Sul mostrava uma nação pronta para assumir o vácuo de poder deixado pelos EUA, mas que não menosprezava o poder e a influência estadunidense ainda existentes dentro da região.

Mais que isso, a própria disputa pelo direito de ser sede dos Jogos Olímpicos de 2016 colocou Brasil e EUA frente a frente. Chicago era candidata mas o Brasil foi prudente e incisivo ao lutar pelo seu interesse frente ao COI, mesmo que diante de seus vizinhos estadunidenses. Isso, por si só, já demonstrava um país mais independente. A vitória aparece como um bônus.

A Política Externa Altiiva e Ativa se beneficiou, os parceiros internacionais foram amplamente diversificados, o MERCOSUL surgiu como mais que um bloco econômico, a cooperação sul-sul foi ampliada, o Brasil era visto, também pela ONU como parceiro importante, a atuação internacional estava maior e o *soft power* brasileiro baseado na diplomacia pública, em ascensão. E o esporte serviu como ponto comum para todos.

5 CONCLUSÃO

A eleição de Lula em 2002 deu novos ares à política externa do Brasil. Mesmo que herdados, em certo nível, de seus antecessores, os objetivos gerais da política externa foram fortalecidos. O multilateralismo, a cooperação sul-sul e um MERCOSUL com foco além do econômico se solidificaram e a Política Externa Ativa e Altiiva veio com o foco principal de colocar o Brasil em uma posição internacional de destaque.

Para tanto, a introdução definitiva do esporte na agenda diplomática foi feita. A íntima ligação brasileira com o desporto, em especial o futebol, serviu como facilitador para essa inovação. Buscando tirar máximo proveito político nesse campo, o Brasil não tardou em manifestar interesse em sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos 2016 e se envolver ativamente, com todas suas esferas, em processos internacionais para conseguir logro.

Por oito anos, com auge entre 2008 e 2010, período referente às candidaturas aos megaeventos, uma grande quantidade de acordos na área de cooperação esportiva foi fechada. Com os países do sul-global, o intercâmbio esteve presente na esmagadora maioria e possibilitou ao Brasil uma oportunidade de ouro para exercer a diplomacia pública através do contato direto com os povos e aumentar seu *soft power*. Nos acordos com os países do norte, a autonomia brasileira foi respeitada e o Brasil surgiu como novo e interessante parceiro.

A vontade brasileira de ter poder de fala em órgãos multilaterais, especialmente a ONU, também foi atendida. O fato de ter ampliado seus parceiros internacionais representava, ademais, uma maior base de aliados dentro da instituição internacional. As parcerias fechadas com a própria organização e suas agências especiais aumentavam o destaque brasileiro. A posição de coadjuvante era, pouco a pouco, deixada para trás.

A confirmação do Brasil como sede para 2014 e 2016 solidificaram a confiabilidade do país dentro da esfera global. A economia em crescimento, o cenário político estável e uma nação em melhoria era mostrada ao mundo na medida em que o Brasil tornava-se o foco do esporte mundial, fazendo com que o reconhecimento de sua importância na área se expandisse para outras esferas.

A partir de tudo, é factível o cruzamento entre Relações Internacionais e esporte, porém essa área ainda é órfã de estudos se forem contabilizadas a sobreposição com outros campos, mas são inúmeras as possibilidades de pesquisas

que podem ser realizadas. No que tange o Brasil, os megaeventos podem ser aproveitados para uma discussão da opinião internacional acerca do país no momento em que foram realizados, o legado internacional posterior a seus acontecimentos, entre outros.

Quando se trata do geral, o caso cubano chama atenção. Por que Cuba investiu tão pesado em seu esporte na década de 90? Teria isso alguma relação com sua política internacional? Cuba não foi, contudo, o único Estado a investir forte na preparação esportiva. Estados totalitários também introduziram grande quantidade de dinheiro na área. Os objetivos políticos disso são passíveis de discussão.

São muitos os estudos que ainda podem ser feitos na área. O esporte, seja ele qual for, sempre esteve presente na vida das pessoas e os Estados nunca ignoraram tal fato. As Relações Internacionais também não podem menosprezar uma esfera que é capaz de unir uma gama tão grande de nações quanto faz o esporte, principalmente em seus megaeventos. E não são apenas os Estados que conseguem se manifestar através deste. Movimentos como o ocorrido nos Estados Unidos, quando jogadores negros da *National Football League (NFL)*, liga nacional de futebol americano, se ajoelharam durante o hino estadunidense como forma de protesto, mostram que a população também pode ter no esporte uma ferramenta para suas lutas. Esporte é política.

Fato é que o Brasil de Lula entendeu a importância política do esporte e conseguiu aplicá-lo de maneira inteligente em sua diplomacia. As candidaturas à Copa do Mundo FIFA e aos Jogos Olímpicos entraram como bônus e foram condizentes com as aspirações da política externa do período. A boa imagem do presidente Lula serviu como um adicional para apresentar ao mundo um novo Brasil, em uma crescente constante e pronto para sair do banco de reservas do jogo político internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O Brasil e os megaeventos esportivos: os subsídios da política externa. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 13-26, jul. 2014. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/32659>>. Acesso em: 29 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p13>.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. **ALTIUS, CITIUS, FORTIUS... DITIUS? LÓGICAS E ESTRATÉGIAS DO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, COMITÊ DE CANDIDATURA E GOVERNO BRASILEIRO NA CANDIDATURA E ESCOLHA DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016**. 2015. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37620>>. Acesso em: 19 out. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292004000100008>.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. spe, p. 214-240, Dec. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000300013>.

ANSPACH, Emma; ALMOG, Hilah; TAYLOR. **Mussolini's Football**. 2009. Disponível em: <<https://sites.duke.edu/wcwp/research-projects/football-and-politics-in-europe-1930s-1950s/mussolinis-football/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil: 1º semestre de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>. Acesso em: 10 set. 2019

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil: 2º semestre de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil: 1º semestre de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil: 2º semestre de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de apresentação da**

Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Copenhagen, 2 out. 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10784-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-apresentacao-da-candidatura-rio-2016-ao-comite-olimpico-internacional-coi-copenhague-02-de-outubro-de-2009>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CARLSNAES, Walter. The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 245-270, 1992. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2600772?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 27 ago. 2019.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RANINCHESKI, Sonia; GROHMANN, Luiz Gustavo Mello. **Poder e Esporte: política internacional e mudanças globais.** Brasília: Verbena Editora, 2015.

CERVO, Amado Luiz. **Do Projeto Desenvolvimentista à globalização: Inserção global no século XXI: a estratégia do Estado logístico.** In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. Cap. 3. p. 525-569.

CERVO, Amado Luiz. Os Objetivos da Política Exterior de Lula. **Meridiano 47**, Brasília, v. 5, n. 47, p.2-5, jun. 2004. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1820>. Acesso em: 16 set. 2019.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016: volume 1.** Rio de Janeiro, 2009.

DAMO, Arlei Sander. O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p.41-81, maio 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/29910>. Acesso em: 28 set. 2019.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 19-63, Dec. 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200002&lng=en&nrm=iso. access on 10 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832013000200002>.

DONOS, Maxim. **Communicating Sport Mega-Events and the Soft Power Dimensions of Public Diplomacy.** 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, University Of Ottawa, Ottawa, 2012. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/6b50dc048ad0e7d8fc31568092a104fd/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ESPN. **Há dez anos, Brasil era anunciado sede da Copa de 2014; veja alguns personagens daquele dia.** Disponível em:

http://www.espn.com.br/noticia/739170_ha-dez-anos-brasil-era-anunciado-sede-da-copa-de-2014-veja-alguns-personagens-daquela-dia. Acesso em: 28 set. 2019.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **Brazil Bid: Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup**: relatório técnico. Zurique, 2007.

FERREIRA, Wallace. Política Externa do Governo Lula: Coalizões ao Sul como Alternativa Multilateral. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 100-125, 2009. DOI <https://doi.org/10.22456/1982-5269.8351>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/8351>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FIFA. **Associations and Confederations**. Disponível em: <https://www.fifa.com/associations/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Colômbia desiste, e só Brasil quer Copa-2014**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1204200717.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

FORBES. **9 eventos esportivos com mais audiência da história**. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2018/06/9-eventos-esportivos-com-mais-audiencia-da-historia/>. Acesso em: 2 mai. 2019.

O GLOBO. **Nos oito anos de governo, presidente Lula visitou 84 países**. Brasília, 04 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/nos-oito-anos-de-governo-presidente-lula-visitou-84-paises-2905980>>. Acesso em: 18 out. 2019.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Bid procedure for the games of the Olympiad of 2016**. Lausanne, 2010.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **2016 Host City Election**. Disponível em: <https://www.olympic.org/2016-host-city-election>. Acesso em: 10 out. 2019.

KOWALSKI, Camila Castro. **A África na Política Externa Brasileira: uma análise dos discursos de Ernesto Geisel (1974-1979) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)**. 2018. 117 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178611>>. Acesso em: 16 set. 2019.

NYE, Joseph S.. Public Diplomacy and Soft Power. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, [s.l.], v. 616, n. 1, p.94-109, mar. 2008. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0002716207311699>.

NYE JUNIOR, Joseph S.. **Soft Power: the means to success in world politics**. Nova Iorque: Publicaffairs, 2004.

OPERA MUNDI. **Brasil aumenta em 40% número de representações no exterior no governo Lula**. [s.i], 17 abr. 2010. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/3712/brasil-aumenta-em-40-numero-de-representacoes-no-externo-no-governo-lula>>. Acesso em: 14 out. 2019.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 18, n. 36, p. 147-174, June 2010 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>.

RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 87, p. 35-58, July 2010 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200003>.

RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir?. **Meridiano 47**, Brasília, v. 11, n. 122, p.35-41, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4233>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

ROSELLE, Laura; MISKIMMON, Alister; O'LOUGHLIN, Ben. Strategic Narrative: a new means to understand soft power. **Media, War And Conflicts**, [n.i], v. 7, n. 1, p.70-84, mar. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1750635213516696#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 18 set. 2019.

RUBIO, Kátia. Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização. **Rev. bras. educ. fís. esporte (Impr.)**, São Paulo , v. 24, n. 1, p. 55-68, Mar. 2010 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092010000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092010000100006>.

SALOMON, Mônica; PINHEIRO, Leticia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010). **Conjuntura Austral**, [S.l.], v. 3, n. 14, p. 69-93, out. 2012. ISSN 2178-8839. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/32986>>. Acesso em: 29 ago. 2019. doi:<https://doi.org/10.22456/2178-8839.32986>.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 1, p. 143-184, Apr. 2015 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100143&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292015000100005>.

TAYLOR, Trevor. Sport and International Relations: a case of mutual neglect. In: ALLISON, Lincoln. **The Politics Of Sport**. Manchester: Manchester University Press, 1986. p. 27-48.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 23, n. 56, p. 21-44, Dec. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400021&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235602>.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Intergovernmental Committee for Physical Education and Sport (CIGEPS)**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/physical-education-and-sport/cigeps/>. Acesso em: 8 out. 2019

UNITED NATIONS. **Member States**. Disponível em: <https://www.un.org/en/member-states/index.html>. Acesso em: 16 ago. 2019.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. 267 p.

VAZ, A. C.. O Governo Lula: Nova Política Exterior?. In: Clóvis Brigagão; Domício Proença Jr.. (Org.). **O Brasil e a Conjuntura Internacional: Paz e Segurança Internacional**. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2006, v. , p. 85-97.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Caótico Século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. 192 p.

WENDT, Alexander. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organization**, [s. l.], v. 41, p. 335-370, 1987. DOI 10.1017/S002081830002751X. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/24090120_The_Agent-Structure_Problem_in_International_Relations_Theory. Acesso em: 28 set. 2019.